

“UMA PEQUENA VOZ PESSOAL”

Prezada Karla,

Já que você propõe que esse debate se desenvolva “de forma epistolar”, deixe-me aproveitar sua sugestão ao pé da letra – assim talvez possamos continuar essa troca de cartas, quem sabe com outros destinatários, num próximo número. Creio que tanto eu quanto as outras convidadas (há convidados?) ao debate sentimos um certo pânico diante desta enorme tarefa proposta por você: como resumir aqui tudo o que pensamos e fizemos nos últimos vinte anos? E resumi-lo de forma a mostrar que, afinal, estamos *up to date* com as novas teorias... Nem vou tentar – como boa leitora de textos sei que o pior leitor é o autor deles e, para o mal ou para o bem, os textos estão aí, disponíveis e datados. Mas gostaria de fazer uma pequena digressão, essa creio que permissível porque registra minha relação com o Pagu, afinal um núcleo de estudos de gênero. Em meados de 1989 ou 90, não lembro bem, me apareceu a Elizabeth Souza Lobo, companheira antiga, ainda que intermitente, de muitas lutas – e as melhores delas não travadas na “esfera pública” – entusiasmada com a leitura de Joan Scott que tinha descoberto, creio, numa viagem aos Estados Unidos. Beth estava vindo dar um curso no Instituto, baseada nessa e em outras leituras sobre a questão de gênero que, segundo ela e Adriana Piscitelli, estavam dando novo rumo à questão feminista. É claro que fiquei interessada – tratava-se de duas interlocutoras inteligentes e instigantes que respeito e eu, que andava, de fato, enfiada pela reiteração da “mulher coitadinha” em tantas e tantas pesquisas que pareciam ser sempre a mesma, sentei com ambas numa mesa da cantina do IEL, hoje demolida, e fiquei ouvindo, encantada, seus planos de constituição de um centro de pesquisas. Depois, Adriana e um grupo de outras pessoas interessadas na questão levaram adiante o curso que Beth tinha proposto e esse foi, creio, o primeiro grupo de estudos do que viria a ser o Pagu – em homenagem a ela, que tanto gostava de Patricia Galvão. Mais tarde um pouco, Adriana apareceu com outra novidade de gênero, o livro de Marilyn Strathern [*The gender of the gift*] que, confesso, levei um bom tempo para ter coragem de enfrentar a sério, tanto por uma certa desconfiança, que até hoje tenho, de um sistema tão coerente de pensamento e tão radicalmente oposto ao nosso que me dava

“Uma pequena voz pessoal”

vertigens, como porque, tendo vindo do feminismo [lembra-se que as mulheres de minha geração foram chamadas por Paulo Francis de “as filhas de Simone de Beauvoir”] sempre tive bem presentes as distinções entre a pesquisa acadêmica e a atuação política. Nos dois sentidos: se, como antropóloga, posso entender muito bem, por exemplo, as razões culturais das mutilações genitais de mulheres em alguns países, como feminista, sou contra elas sem qualquer hesitação. [Assim como sou contra a tortura em “sociedades primitivas”, o espancamento de crianças na nossa sociedade e a discriminação racial – certamente limites do meu “ocidentalismo” – mas todos nós temos os nossos limites.] E, se sei que a ação política pontual requer a banalização, ou a transformação em palavras de ordem, de difíceis passos da necessariamente lenta tarefa de reflexão, prefiro me abster dela.

Dito isto, vejamos o que mais você quer. Autores: é difícil selecionar, mas, nesse período recente do qual estou falando, a descoberta, quase por acaso, como se dá numa boa biblioteca, como é a nossa, de uma autora como Donna Haraway foi muito importante. Porque, ao articular a questão de gênero com a questão de raça, ela está falando de temas que são muito caros à nossa tradição de análise cultural em geral – e especificando uma preocupação que pode, assim, ser articulada à outras.¹

Retomando agora um fio mais histórico, creio que os estudos de gênero, no Brasil e alhures, foram tributários dos estudos feministas e, assim, também padeceram, num primeiro momento, de uma polarização entre **homens** e **mulheres**. A mesma essencialização que os estudos sobre raça exibiram, repetiu-se naqueles primeiros estudos, nos quais se enfocava, primariamente, a situação da **mulher** e, mesmo que os homens fossem vistos como o outro polo da comparação, ambos os termos nunca eram postos **em relação** nas situações analisadas. Isto é, não se tratava de compreender as relações entre masculino e feminino dentro de um mesmo campo semântico, referido às distinções sexuais culturalmente construídas, mas, sim, partia-se, quase sempre, de uma tentativa de “equilibrar a balança” em situações nas quais a mulher era, implícita ou explicitamente, vista como vítima, como dominada ou perseguida.²

¹ Não vou falar de toda uma linhagem de autoras de ficção que foram importantes na minha geração, de Virginia Woolf a Willa Cather, ou Djuna Barnes, ou Gertrude Stein, até Doris Lessing, porque essa é uma vertente paralela, ainda que importante, do trabalho que realizamos enquanto “profissionais das ciências sociais”.

² Lembro-me das críticas que recebi de um grupo feminista quando escrevi um artigo resumindo os dados de minha dissertação de mestrado (publicada como *Morte em família*, Graal, Rio de Janeiro, 1983) e no qual mostrava que os agentes do sistema jurídico, justamente por compartilharem a visão das feministas sobre as mulheres, isto é, por considerá-las fracas e vítimas potenciais da dominação

O que me parece que ganhamos com os estudos de gênero foi uma gradual “desessencialização” de homens e mulheres, na nossa e em outras sociedades. No caso da antropologia, que tem a tradição de estudar outras culturas e outras sociedades, isso significou uma sofisticação considerável na análise: se, num primeiro momento tentávamos responder à pergunta de se era ou não universal essa subordinação da **mulher**, passamos a nos perguntar o que significava ser “homem” ou “mulher” em tal ou qual sociedade e como as relações entre essas categorias eram culturalmente construídas. Creio que ganhamos, assim, também a percepção de que era preciso dissolver a identidade dessas “mulheres” com as “mulheres” das nossas sociedades.³ O limite dessa percepção seria, claro, expresso na frase “mulher não existe” mas, como disse recentemente um colega etnólogo, “já há coisas demais que não existem” na nossa disciplina... A tentativa de driblar a sempre presente referência ao substrato biológico ramificou-se num grande número de abordagens cuja análise não cabe fazer aqui: os estudos sobre o corpo talvez sejam a abordagem mais interessante, justamente porque enfrentam diretamente essa dificuldade, ali onde a nossa e outras sociedades inscreveram mais nitidamente a diferença.⁴

No entanto, o que me parece claro em todas essas novas abordagens – novas não na medida em que apenas descartam velhos termos, mas porque tentam estabelecer novas relações entre eles – são dois pontos que gostaria de reter para discussão. O primeiro diz respeito à dissolução da polaridade homem/mulher: é mais como se as noções sexuadas de pessoa se alinhassem agora num *continuum* no qual, gradualmente e sem demarcações bruscas, as mais variadas combinações fossem possíveis, **inclusive** a coagulação delas nas noções de homem e mulher com as quais estamos acostumadas a tratar na nossa sociedade, mas **certamente** também sua coagulação em figuras insuspeitadas antes.

masculina, tendiam a favorecê-las com penas mais leves e a absolvição nos julgamentos dos crimes passionais. O artigo não foi publicado.

³ Aqui, como em vários outros contextos, temos também um problema de linguagem: mesmo se os termos **mulher** e **homem**, ainda que sempre referidos às diferenças sexuais, tenham conotações culturais e sociais inteiramente diferentes em diferentes sociedades, continuamos a utilizá-los, mantendo, assim, a referência ao substrato biológico que gostaríamos de anular em nossas análises. Na literatura em inglês, nossa maior fonte de referência, o problema é ainda mais grave, já que os termos utilizados, mesmo nos livros de antropólogas feministas mais recentes, é sempre **male** e **female**, que tornam ainda mais explícita aquela referência.

⁴ Ver, por exemplo, os trabalhos de LAQUEUR, Thomas. *Making sex – body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge/London, Harvard University Press, 1990; e de BYNUM, Caroline Walker. *Fragmentation and redemption – essays on gender and the human body in medieval religion*. New York, Zone Books, 1992.

“Uma pequena voz pessoal”

O segundo diz respeito à velha noção de cultura que, depois de tão vilipendiada e banalizada, está encontrando hoje novos defensores.⁵ É um ponto difícil de explicitar e que, embora estivesse presente na etnografia de vários de nossos antecessores, e especialmente antecessoras, não foi levado às últimas conseqüências no que toca às relações de gênero. Talvez seja mais fácil colocá-lo com um exemplo: Margaret Mead notou, em Samoa, que, ainda que o Inglês Pidgin fosse proibido às mulheres, havia várias que o falavam fluentemente e as meninas o aprendiam com seus irmãos, mesmo que não pudessem fazer uso público do dialeto. Quando as mulheres faziam uso público dele, os homens diziam que elas estavam possuídas – por um homem... A história pode gerar várias discussões, mas o ponto que me interessa reter é que, concomitantemente à dissolução da velha polarização homem/mulher, ou até como parte dela, prestamos cada vez mais atenção ao que se poderia chamar de campo semântico de constituição das noções de gênero e em como essas noções são aprendidas, elas próprias, não apenas **em situação**, como parece que sempre soubemos, mas também **em relação** umas com as outras. *Performance*, ou o uso que se faz delas, é outra história, ainda que seja a mesma. Pois ninguém aprende a ser feminina **ou** masculino: aprendemos o conjunto das noções (relacionais) de gênero e então as aplicamos conforme julgamos ser (ou aprendemos que é) adequado. O modo como cada sociedade estabelece as fronteiras que tentamos dissolver na análise – isto é, dissolver os pressupostos através dos quais construíamos essas fronteiras – torna-se, assim, o ponto central para compreendermos do que se trata, afinal, quando falamos de gênero.

O terceiro e último ponto que trago para nossa discussão diz respeito, então, à relação entre raça e gênero. Se nos Estados Unidos essa relação tem sido sistematicamente discutida, no Brasil recém começa-se a pensar sobre ela.⁶ A discussão, lá, parte, justamente, do ponto que mencionei antes como sendo um dos ganhos teóricos das análises de gênero: ao “desessencializar” a categoria **mulher**, isto é, ao torná-la plural, num primeiro momento, e justamente a partir do reconhecimento das fundas desigualdades entre brancos e negros existentes naquele país, passou-se a reivindicar a existência de maneiras distintas de ser mulher, reivindicação que não escapou, de início, às armadilhas dos dualismos – algo como,

⁵ Como SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (Parte I). *Mana* 3(1), Rio de Janeiro, Contracapa/PPGAS – Museu Nacional, 1997.

⁶ Ver, por exemplo, os artigos reunidos em *Cadernos Pagu* (6/7), PAGU/UNICAMP, Campinas, 1996 – boa parte deles apresentados na XX Reunião Brasileira de Antropologia, no GT “Raça e Gênero” – e a bibliografia ali referida.

todas nós, mulheres de cor, contra todas elas mulheres brancas.⁷ O que Susan Friedman chama de “perspectiva relacional” seria então a superação desses dualismos em direção a uma visão mais sofisticada das “encruzilhadas de diferentes sistemas de estratificação” nas quais uma “identidade” seria constituída – a partir do “reconhecimento de como o privilégio e a opressão freqüentemente não são categorias absolutas, mas variam em relação a diferentes eixos de poder e de ausência de poder.”⁸

E, ainda que lance mão do par binário masculino/ feminina, o sistema de gênero os desdobra, por assim dizer, como se os desenrolasse numa outra dimensão (algo como a fita de Moëbius) e como se os termos fossem apenas coagulações possíveis de uma ampla gama de alternativas, não mutuamente excludentes – como é o caso do par homem/mulher ou do par branco/negro.

Concluindo – e agora utilizando os termos da nossa fala cotidiana – creio que é impossível tornar-se mulher na nossa sociedade, sem ter conhecimento do que significa tornar-se homem, assim como creio que é impossível tornar-se negro, sem ter conhecimento do que significa tornar-se branco – e vice-versa. Creio também que é no **cruzamento** dessas fronteiras, social e culturalmente construídas, e não na sua desconstrução, que podemos encontrar personagens inesperados de nossa cena social.

Por último, Karla, sim, é difícil articular a noção de gênero às categorias nativas (sejam quais forem nossos nativos) – ela padece das mesmas vicissitudes de que padecem os valores na bolsa de valores, que são muito abstratos para serem apreendidos no nosso cotidiano. Mas todos nós sentimos seus efeitos. No geral, creio que uma noção que nos faz repensar os substratos biológicos das relações humanas como valores inerentes ao nosso pensamento (imaginário, modo de classificação, etc.) é uma contribuição positiva. Se ela continuará ou não a ter um bom rendimento teórico, só o tempo dirá.

⁷ Como nota Susan Friedman: “Como essas coalisões [entre mulheres de cor] se apoiavam numa diferença compartilhada das mulheres brancas, elas freqüentemente acabavam por reconfigurar o modo binário de pensar na forma dos dualismos mulheres brancas/mulheres de cor ou Primeiro Mundo/ Terceiro Mundo.” FRIEDMAN, Susan S. *Beyond white and other: relationality and narratives of race in feminist discourse*. *Signs* 21 (10), 1995.

⁸ Id., *ib.*, p.7. Ver as referências bibliográficas utilizadas pela autora para fundamentar essa mudança de perspectiva no feminismo norte americano. Ela define “identidade” como “uma noção culturalmente construída, historicamente específica e aberta à mudança e ao entrelaçamento com outras identidades”, distinguindo esta, que seria uma “política de identidades sincréticas”, do que chama de “política de identidade fundamentalista”. Seus comentários finais sobre os filmes *The crying game*, de Neil Jordan, e *Mississippi massala*, de Mira Nair, ajudam a elucidar essas definições. Comparar com a discussão de Donna Haraway, em *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu* (5), PAGU/UNICAMP, Campinas, 1995.

“Uma pequena voz pessoal”

Com meu abraço cordial, Mariza*.
Campinas 4 de Setembro de 1998.

* Mariza Corrêa é professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU.